

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2023 PROCESSO DE COMPRA Nº 009/2023

O Município de Urubici SC, torna público o presente PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MULTIENTIDADE, regido pela Lei Federal n.º 10.520/2002, Decreto Federal nº 10.024/2019, Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014 e Decretos Municipais, 836/2007- 2166/2017- 2552/2020 e subsidiariamente pela Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, para prestação de serviços, cujas especificações encontram-se no anexo I deste Edital.

1. DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

1.1. Serão observados os seguintes horários (de Brasília – DF) e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: até às 12h30min do dia 24 de fevereiro de 2023. Abertura das Propostas: às 13h00min do dia 24 de fevereiro de 2023. Início da Sessão de Disputa de Preços: será anunciada pelo Pregoeiro logo após a efetiva avaliação das propostas, no dia 24 de fevereiro de 2023, no site https://www.portaldecompraspublicas.com.br.

1.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação diversa do Pregoeiro.

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação o Registro de Preços para eventuais aquisições de gêneros alimentícios e materiais de limpeza e higiene, com fornecimento parcelado, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Fundos pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I) do edital.

3. DAS DESPESAS E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas oriundas do contrato correrão por conta das dotações vinculadas a



seguir:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj/Ativ. 2102 Prog. Atenção Integ. FAM PAIF/CRAS 14 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.35.0167 Valor Total Máximo R\$ 143.807.62

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj/Ativ. 2104 Serviço Conv. Fort. Vínculos Criança/Adolescentes 01 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.35.0167 Valor Total Máximo R\$ 115.046,10

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj/Ativ. 2100 Índice Ges. Descentralizadora SUAS 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1 Valor Total Máximo R\$75.709.51

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj/Ativ. 2018 Operacionalização Secretaria Assistência Social 3.3.90.00.00.00.00.00.00.00.0080 Valor Total Máximo R\$ 86.284,57

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj/Ativ. 2021 Manutenção e Centro Conv. Grupo de Idosos 90 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.00.0080 Valor Total Máximo R\$ 76.697,40

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj/Ativ. 2022 Abrigo Institucional para Crianças e Adolescentes 95 3.3.90.00.00.00.00 0.1.00.0080 Valor Total Máximo R\$ 95.871,75

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj/Ativ. 2134 Serviço de Família Acolhedora 6 3.3.90.00.00.00.00 0.1.00.0080 Valor Total Máximo R\$ 42.254,47

4. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

4.1. Até 03 (três) dias úteis que anteceder a data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o



ato convocatório do Pregão Eletrônico, exclusivamente por meio de formulário eletrônico, através do site https://www.portaldecompraspublicas.com.br.

- 4.2. No caso de impugnação do Edital, caberá ao Pregoeiro auxiliado pela equipe de apoio, juntamente com os responsáveis pela elaboração do edital e dos seus anexos, e o Departamento Jurídico decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 4.3. Deferida a impugnação contra o Edital, será designada nova data para realização do certame.

5. DO CADASTRAMENTO DOS FORNECEDORES (CREDENCIAMENTO)

- 5.1. O fornecedor deverá fazer o seu cadastramento junto ao Portal, conforme instruções constantes no site: https://www.portaldecompraspublicas.com.br, após o qual se dará pela atribuição de chave de identificação e senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, caso já tenha cadastro o mesmo fica dispensado.
- 5.2. O credenciamento do fornecedor junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do mesmo ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 5.3. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o fornecedor deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.
- 5.4. O fornecedor que utilizar sua senha de acesso para dar um lance, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação de compra e venda a que se refere o evento, nos valores e condições do referido lance, caso seja escolhido pelo pregoeiro.
- 5.5. O fornecedor deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública de pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro, pelo sistema ou de sua desconexão.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico:



- 6.1.1. Poderão participar do certame todos os interessados que atuem no ramo e atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.
- 6.1.2. Que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS.**
- 6.2. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ <u>"SIM"</u> OU <u>"NÃO"</u> EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTES DECLARAÇÕES:
- 6.2.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido na legislação vigente.
- 6.2.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.
- 6.2.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalicias.
- 6.2.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- 6.2.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição.
- 6.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.
- 6.4. Não poderão participar deste Pregão Eletrônico:
- 6.4.1. Empresas declaradas inidôneas por ato de qualquer autoridade competente para tanto.
- 6.4.2. Empresas sob processo de falência ou concordata.
- 6.4.3. Empresa declarada inidônea por qualquer Órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública no âmbito do Estado de Santa Catarina.
- 6.4.4. Servidor de qualquer órgão ou Entidade vinculada ao órgão promotor da



licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

- 6.4.5. Pessoa física.
- 6.4.6. Não poderão participar na condição de Microempresas e Empresas de pequeno porte as empresas que se enquadrarem nas hipóteses prevista no art. 3°, § 4°, da Lei Complementar nº 123/2006.

7. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 7.1. A licitante deverá inserir sua proposta inicial, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, através da digitação da senha privativa e subsequente encaminhamento da proposta de preços, a partir da data da liberação do Edital no site https://www.portaldecompraspublicas.com.br, até a data e horários marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 7.1.1. Devido ao Município de Urubici-SC, não ter acesso no SICAF, os documentos de habilitação deverão ser anexados em sua totalidade dentro do sistema, independentemente de cadastro no SICAF.
- 7.2. Para inserção de sua proposta inicial e documentos de habilitação exigidos no edital, os fornecedores deverão observar rigorosamente a descrição e unidade de fornecimento constantes no anexo I deste Edital.
- 7.3. A licitante deverá consignar, de forma expressa no sistema eletrônico, o valor unitário e total ofertado para o item, em moeda corrente nacional (R\$), não podendo ultrapassar o valor máximo previsto no edital, com no máximo **02 (duas) casas decimais**, já considerados e inclusos todos os tributos, descontos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.
- 7.4. A licitante deverá indicar, sem se identificar, a especificação completa do objeto e a marca do produto cotado.
- 7.5. Não serão aceitas descrições genéricas do objeto como: "conforme Edital", "atendemos o Edital" dentre outras, sem especificar o material ofertado.
- 7.6. Não poderá ser incluído no registro da proposta eletrônica qualquer nome, texto, elemento ou caractere que possa identificar a licitante, sob pena de **Desclassificação** da proposta, e aplicação de sanções administrativas prevista em legislação.



- 7.7. A Licitante deverá declarar em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos de habilitação e a conformidade de sua proposta e com as demais exigências do edital.
- 7.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas na legislação.
- 7.9. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, tendo como marco inicial a data da sessão.
- 7.10. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.
- 7.11. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.
- 7.12. A proposta de preços enviada implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 7.13. A responsabilidade do upload dos documentos é integralmente da empresa, sendo assim deverá anexar todos os documentos solicitados no edital.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 8.1. A partir da data e horário previsto no edital, a sessão pública deste Pregão Eletrônico, será aberta pelo Pregoeiro através do portal https://www.portaldecompraspublicas.com.br.
- 8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 8.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 8.5. O julgamento das propostas será feito pelo **Menor Preço por Item**.



9. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 9.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, fundamentadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no termo de referência, anexo I deste Edital.
- 9.2. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 9.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com o acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 9.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da etapa de envio de lances.
- 9.5. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.
- 9.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 10.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.
- 10.2. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.
- 10.3. O lance deverá ser ofertado pelo valor correspondente ao preço unitário.
- 10.4. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente as penalidades constantes em legislação.
- 10.5. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observando, quando houver, um intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance de cobrir e melhor oferta.



- 10.6. Entende-se por lances intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado, porém inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante.
- 10.7. Fica previsto o intervalo mínimo de diferenca de valor de R\$0,01 (um centavo).
- 10.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 10.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 10.10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer na etapa de envio de lances da sessão pública, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances.
- 10.10.1 Se a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorrida 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, através de publicação no sitio eletrônico oficial do município de Urubici-SC, disponível no endereço eletrônico www.urubici.sc.gov.br.
- 10.11. Na fase de lance, no caso de evidente equívoco de digitação pelo licitante, em que este equívoco der causa a preço incompatível ou lance manifestamente inexequível, o preço incompatível ou lance manifestamente inexequível poderá, motivadamente, ser excluído do sistema.
- 10.12. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 10.13. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

11. MODO DE DISPUTA

- 11.1. Será adotado para envio de lances deste Pregão Eletrônico o modo de **DISPUTA ABERTO.**
- 11.1.1. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, de valor correspondente ao preço **unitário**.



- 11.1.2. A etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos, após isso, serão prorrogadas automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 11.1.2.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 11.1.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens 11.1.2 e 11.1.2.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 11.1.4. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do item 11.1.2.1, o pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

12. DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA (ME) E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP).

- 12.1. Será assegurada como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. (Caput do art. 44 da lei 123/06).
- 12.2. Na modalidade pregão, entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta mais bem classificada (§ 2º do artigo 44 da Lei Complementar 123/06).
- 12.3. Ocorrendo o empate a que se refere o subitem anterior, será procedido de acordo com o artigo 45 (caput e incisos) da LC 123/06, conforme a seguir:
- 12.4. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.
- 12.5. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na forma da lei, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 12.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem na situação de empate será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



- 12.7. Na hipótese de não contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 12.8. O disposto nos itens acima somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 12.9. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 12.10. Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e alteração dada pela Lei Complementar 147/2014 e ainda Lei Complementar 155/2016, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 12.11. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. Eventual interposição de recurso contra a decisão que declara o vencedor do certame não suspenderá o prazo supracitado.
- 12.12. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

13. NEGOCIAÇÃO DE PROPOSTA

- 13.1. Encerrada a etapa de envio de lances, o Pregoeiro deverá encaminhar, via sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.
- 13.2. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.



- 13.3. O licitante terá o prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do Pregoeiro no sistema, para envio da proposta.
- 13.4. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

14. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

- 14.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, e verificará a habilitação do licitante, decidindo motivadamente a respeito.
- 14.2. Será desclassificada a proponente que:
- a) deixar de atender a alguma exigência constante deste Edital.
- b) apresentar oferta de vantagem não prevista no Edital ou vantagem baseada nas propostas dos demais proponentes.
- c) apresentar preços que ultrapassem os valores máximos estipulados no Edital (artigo 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/2002).
- 14.3. Caso entenda necessário, o Pregoeiro ou a Autoridade Competente poderá instaurar diligência para fins de aferição de exequibilidade das propostas. Tal diligência poderá ocorrer em qualquer fase da licitação, sendo que o Pregoeiro ou a Autoridade Competente poderá determinar que o licitante faça prova de que possui condições de cumprir o objeto do Edital, através:
- a) da apresentação de planilha de custos, ou;
- b) da comprovação (documentos, notas fiscais, recibos etc.) que o preço proposto é coerente com os de mercado e que tem condições de cumprir com as obrigações assumidas.
- 14.4. A diligência servirá como subsídio para decisão do Pregoeiro ou da Autoridade sobre a aceitabilidade da proposta apresentada com indício de ser inexequível.

15. DA HABILITAÇÃO

15.1. A proponente deverá encaminhar por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com a proposta de preços, até a data e o horário estabelecidos



para abertura da sessão pública, quando então se encerrará automaticamente a fase de recebimento de propostas e dos documentos de habilitação, os seguintes documentos:

15.1.1. JURÍDICA

- 15.1.1.1. No caso de empresário individual: Registro Comercial e cédula de identidade, ou;
- 15.1.1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, ou;
- 15.1.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, ou;
- 15.1.1.4. No caso de sociedade por ações, ato constitutivo e estatuto em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;
- 15.1.1.5. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971, ou;
- 15.1.1.6. Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 15.1.1.7. No caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.
- 15.1.1.8. Caso o representante legal da empresa, não seja sócio-gerente ou diretor, deverá anexar instrumento público ou particular de procuração, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

15.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

15.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).



- 15.1.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 15.1.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual.
- 15.1.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal.
- 15.1.2.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS.
- 15.1.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 15.1.2.7. Certidão Negativa Correcional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPM) da Controladoria Geral da União, emitida no seguinte endereço: https://certidoes.cgu.gov.br.
- 15.1.2.8. Alvará de licença e funcionamento da sede da licitante.

15.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

15.2.1. Certidão negativa de pedido de falência, ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da certidão o seu prazo de validade.

ATENÇÃO: Considerando a implantação do sistema e-Proc no Poder Judiciário de Santa Catarina, desde o dia 01/01/2019, as certidões dos modelos "falência, concordata e recuperação judicial", deverão ser solicitadas tanto no sistema e-Proc quanto no SAJ. As duas certidões deverão ser apresentadas conjuntamente.

15.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

15.3.1. Apresentação de Atestado de Capacidade Técnica (declaração ou certidão) emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado, assinado por seu representante legal, de que prestou serviços semelhantes e pertinentes ao objeto desta licitação, que tem por objetivo comprovar a prestação de serviços por parte da empresa, informando o teor da contratação e os dados da empresa contratada de forma clara.



15.3.2. Alvará sanitário (municipal ou estadual), expedido pelo órgão competente, em vigor, em nome da empresa licitante.

15.4. OUTROS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS (juntamente com os documentos de habilitação)

- 15.4.1. Declaração Conjunta, contendo: (modelo anexo II).
- a) Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação (Lei 10.520, de 17/07/2002).
- b) Declaração de que a licitante cumpre o disposto no Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade).
- c) Declaração de que não pesa contra si declaração de inidoneidade nos termos do artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93.
- d) Declaração Negativa de Impedimentos para participar de Processo Licitatório, conforme o disposto no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, assinada pelo representante legal da empresa.
- e) Declara sob as penas da lei que, não possuem em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista do ente licitante.
- 15.4.2. Declaração de enquadramento de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou microempreendedor individual, caso se enquadre nessa condição. (Modelo Anexo III).
- 15.4.3. Dados da empresa (modelo anexo IV): razão social; endereço, telefone, e-mail, nome do banco, nº da agência, nº da conta corrente em nome da proponente e dados do representante legal.
- 15.4.3.1. Caso os dados bancários sejam alterados, anteriormente a realização do pagamento, a proponente vencedora deverá informar os dados bancários atualizados ao Departamento de Tesouraria do Município de Urubici-SC.

OBSERVAÇÕES:

a) As certidões negativas ou positivas com efeito de negativas deverão ser do domicílio ou sede do licitante.



- b) As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda documentação para comprovação de regularidade fiscal, **MESMO QUE ESTA APRESENTE ALGUMA RESTRIÇÃO**, conforme estabelecido no art. 43 da LC nº 123/2006 e LC nº 147 de 07/08/2014.
- c) A AUSÊNCIA de documentação de Regularidade Fiscal por parte das Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte importará em Inabilitação da mesma.
- d) As certidões negativas ou positivas com efeito de negativas deverão constar a data de validação e de validade.
- e) Quando se tratar de documento obtido através da Internet, este deve possuir elementos para a sua verificação, uma vez que PODERÁ ter sua validade confirmada pelo Pregoeiro e equipe de apoio.
- f) Os documentos de habilitação relacionados acima deverão estar válidos e em vigor tendo-se como referência a data da abertura da Sessão Eletrônica, informada no preâmbulo deste Edital.
- g) Para os documentos que não apresentarem prazo de validade, considerar- se-á 90 (noventa) dias a partir da data de emissão.
- h) A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome da licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ e endereço. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diverso quando os mesmos tiverem validade para todas as filiais e matriz.
- i) É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.
- j) O não atendimento de qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação do Licitante.
- k) Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.
- I) Os documentos enviados eletronicamente deverão ser versões digitalizadas dos originais assinados.



16. DOS PROCEDIMENTOS DE VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

- 16.1. Encerrada a etapa de aceitabilidade da proposta, o Pregoeiro verificará a Documentação de Habilitação do licitante vencedor, para confirmação da sua habilitação, com base nas exigências constantes deste Edital.
- 16.1.1. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares conforme solicitação do Pregoeiro, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido pelo Pregoeiro.
- 16.1.2. A verificação pelo pregoeiro e equipe de apoio, nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 16.2. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a proponente vencedora.
- 16.2.1. Será julgada inabilitada a proponente que:
- a) deixar de atender alguma exigência constante do presente Edital.
- b) deixar de apresentar algum dos documentos exigidos no Edital para comprovação da habilitação, independentemente de ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.
- c) apresentar declaração ou documentação que contenha qualquer vício de ordem formal, que dificulte, impossibilite a compreensão ou invalide o documento.
- d) apresentar declaração ou qualquer outro documento com conteúdo falso ou adulterado.
- e) apresentar documento de regularidade fiscal ou trabalhista vencido. Não se aplica esta regra quando o licitante for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.
- 16.3. Do julgamento da habilitação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (art. 42 e 43 da LC nº 123/2006).
- 16.3.1. Em face dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006, o Pregoeiro adotará o seguinte procedimento quando a vencedora for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte:
- a) serão analisados os documentos não integrantes da regularidade fiscal e trabalhista, aplicando-se o disposto no item 16.2.1 deste Edital.



- b) serão analisados os documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista, declarando-se:
- I O atendimento das exigências constantes do Edital com a respectiva habilitação, caso se verifique que toda a documentação está regular, ou;
- II O desatendimento das exigências constantes do Edital, caso se verifique a restrição, ou seja, que alguma certidão foi apresentada vencida, sendo suspenso o julgamento da habilitação referente à regularidade fiscal e trabalhista em relação àquela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante. Neste caso, será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, mediante requerimento, para que a interessada providencie a regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 16.3.2. A não regularização da documentação de regularidade fiscal ou trabalhista, no prazo previsto no inciso II da alínea "b" do item 16.3.1 deste Edital, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, retomando a licitação na forma do item 10 e seguintes, ou revogar a licitação ou item da licitação conforme o caso.

17. DA NEGOCIAÇÃO APÓS A FASE COMPETITIVA (LANCES)

- 17.1. Nos casos de desclassificação do licitante pelo fato de a oferta não ser aceitável ou se o licitante foi considerado inabilitado, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital.
- 17.2. Ocorrendo uma das situações previstas no item 14.1 do Edital, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor (art. 4°, XVII da Lei nº 10.520/2002).
- 17.3. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação e constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, o Pregoeiro declarará a proponente vencedora.

18. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

18.1. Declarado o vencedor, o Pregoeiro proporcionará a oportunidade aos licitantes



para que, no prazo de 30 (trinta) minutos, se manifestem acerca da intenção de interpor recurso contra as decisões e atos praticados na sessão, esclarecendo que a falta desta manifestação imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte dos licitantes.

- 18.1.1. O licitante que desejar interpor recurso deverá manifestar motivadamente, no campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, sua intenção de interpor recurso onde reduzirá a termo a síntese dos motivos para a futura impetração de recurso, indicando de forma clara e objetiva os atos e decisões que pretende impugnar, ficando a empresa cientificada que as razões de recurso ficam vinculadas a sua manifestação na sessão.
- 18.1.2. A apresentação de razões de recurso diversa da intenção de recurso apresentada na sessão implicará no não conhecimento do Recurso na parte em que inovou.
- 18.2. É vedada a utilização de recurso como expediente protelatório ou que vise a tumultuar o procedimento da Licitação.
- 18.2.1. Identificado tal comportamento poderá o Pregoeiro ou a Autoridade superior arquivar sumariamente os expedientes.
- 18.3. O prazo para apresentação das razões do recurso é de 03 (três) dias úteis, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as contrarrazões, em igual número de dias, que começará a correr do término do prazo da recorrente.
- 18.4. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no caput, importará na decadência desse direito, e o Pregoeiro está autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 18.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não poderão ser aproveitados.

19. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

19.1. Depois de declarado o vencedor da licitação e devidamente habilitado, e não havendo interposição de recurso, caberá ao Pregoeiro adjudicar o objeto ao(s) licitante(s) vencedor (es) e encaminhar o processo à Autoridade Competente para homologar o resultado da licitação.



19.2. Caso haja recurso, a adjudicação do objeto ao(s) licitante(s) vencedor (es) e a homologação do processo será efetuada pela Autoridade Competente, e somente ocorrerá após apreciação do Pregoeiro sobre o mesmo.

20. DA CONTRATAÇÃO

- 20.1. As obrigações decorrentes do fornecimento do objeto do presente Registro de Preços a serem firmadas entre a Administração e o Fornecedor serão formalizadas através da Ata de Registro de Preços.
- 20.2. Homologado o resultado da licitação, respeitada a ordem de classificação, serão convocados os licitantes vencedores, para assinar a Ata de Registro de Preços que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.
- 20.3. Na assinatura da Ata de Registro de Preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
- 20.4. A assinatura da Ata de Registro de Preços pela licitante vencedora deverá ser por meio de assinatura eletrônica com certificado digital do representante legal da empresa.
- 20.5. Na hipótese do vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções.
- 20.6. O fornecimento será mediante expedição de Autorização de Fornecimento ou outro documento equivalente
- 20.7. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 20.8. Os itens deverão ser entregues mediante expedição de Autorização de Fornecimento ou outro documento equivalente



20.9. A Ata de Registro de Preços a ser firmada entre o Município e a licitante(s) vencedora(s) terá validade de **12 (doze) meses** contados a partir da assinatura da mesma.

21. LOCAL E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- 21.1. O objeto desta licitação será entregue de acordo com a autorização de fornecimento (AF), na Secretaria Municipal de Assistência Social, na Praça Francisco Pereira de Souza, 53 Centro Urubici-SC, de segunda-feira à sexta-feira das 12h00min às 18h00min, exceto feriados.
- 21.2. Os produtos referentes ao objeto deverão estar em embalagens originais, lacradas, sem avarias (furadas, rasgada, amassada ou enferrujada).
- 21.3. Não serão aceitos produtos referentes ao objeto em embalagens ou condições diferentes das solicitadas no item anterior.
- 21.4. Os produtos deverão possuir registro em órgão competente relacionados ao tipo de produto (Ministério da Saúde ANVISA, MAPA e outros).
- 21.5. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.
- 21.6. A empresa vencedora será a única responsável pela qualidade dos produtos entregues.
- 21.7. A entrega dos produtos sendo feita através de transportadora, a mesma deverá esperar a conferência do mesmo para o recebimento provisório, a não conferência ocasionará a devolução imediata do mesmo.
- 21.8. O recebimento definitivo será efetuado após a completa conferência do produto entregue, caso este não seja compatível com o solicitado, será rejeitado e colocado à disposição do licitante vencedor devendo o mesmo apresentar o produto solicitado de acordo com Edital para efetuar a substituição, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, sob as penalidades previstas neste Edital.
- 21.9. Após a emissão da Autorização de Fornecimento (AF) o vencedor terá prazo de até 05 (cinco) dias úteis para a entrega do produto.



22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 22.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário.
- 22.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos.
- 22.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado.
- 22.4. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos produtos, fixando prazo para a sua correção.
- 22.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto.
- 22.6. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

23. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 23.1. A contratada deverá efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela CONTRATANTE, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia.
- 23.1.1. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
- 23.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 23.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 01 (um) a 02 (dois) dias úteis, o produto com avarias ou defeitos.



- 23.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.
- 23.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 12 (doze) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 23.5. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração.
- 23.6. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 23.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 23.8. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

24. DO PAGAMENTO

- 24.1. O Município efetuará o pagamento do valor, após o recebimento dos produtos, por meio de ordem bancária, creditado na conta corrente da contratada, mediante o Termo de Recebimento, assinado pelo responsável pelo recebimento do bem ou produto e apresentação da correspondente nota fiscal/fatura.
- 24.2. Na Nota Fiscal deverá constar o CNPJ e Razão Social do órgão emissor da Autorização de Fornecimento, número do processo administrativo, da Autorização de Fornecimento, descrição dos produtos e o número do Banco e da conta corrente da empresa, para a efetivação do pagamento.
- 24.3. Quando houver no pedido de fornecimento, mais de uma fonte de recursos deverá ser emitida uma nota fiscal para cada nota de empenho, respectivamente.



- 24.4. Não será efetuado qualquer pagamento à licitante vencedora enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.
- 24.5. O Município pagará a Nota Fiscal / Fatura somente à licitante vencedora, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.
- 24.6. O Município somente liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.
- 24.7. Para efeito de pagamento, será observado o que estabelecem as legislações vigentes quanto aos procedimentos de retenção, recolhimento e fiscalização.
- 24.8. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus ao Município.

25. DAS PENALIDADES

- 25.1. Consoante o disposto no art. 77 da Lei 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei
- 25.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato, pelo adjudicatário, poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor de 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis.
- 25.3. Pelo atraso na entrega dos produtos poderá ser aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da autorização de fornecimento.
- 25.4. Nos termos do artigo 7° da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o Licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.



- 25.5. No caso de o convocado não assinar o contrato ou, deixar de apresentar documentos solicitados para a contratação ou, recusar-se a fazê-los no prazo estabelecido, sem prejuízo da aplicação de multa de 10% (dez por cento) da sua Proposta de Preços e das demais sanções previstas em lei, o Município se reserva ao direito de convocar outro licitante, observada a ordem de classificação, hipótese em que a (o) pregoeiro (a) poderá negociar diretamente com o licitante para obtenção de preço menor.
- 25.6. Constatada a inveracidade de quaisquer das informações ou documentos fornecidos pelo licitante, poderá ela, resguardados os procedimentos legais, sofrer as sanções abaixo, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente:
- a) Impedimento para contratar, se concluída a fase licitatória.
- b) Suspensão temporária do direito de participar de licitações e de fornecer a Administração Pública por prazo de até 5 (cinco) anos.
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o fornecedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes ou depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

26. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 26.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada quando o fornecedor:
- 26.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços.
- 26.1.2. Não retirar a respectiva Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração sem justificativa aceitável.
- 26.1.3. Tiver presentes razões de interesse público.
- 26.1.4. For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 26.1.5. For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.



- 26.1.6. O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
- 26.1.7. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

27. DA FISCALIZAÇÃO

27.1. A fiscalização do presente Contrato de Fornecimento ficará a cargo do servidor abaixo mencionado:

Daiane Beltrame Costa Matrícula nº 2903

28. DA NÃO APLICAÇÃO DA LEI 14.133/2021

28.1. Não se aplica a esta Licitação, nem às contratações dela decorrentes, a Lei nº 14.133/2021.

29. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD

29.1. Fica, expressamente, autorizado o tratamento de uso de dados pessoais de que trata a Lei Geral de Proteção de Dados dos participantes do presente Processo de Licitação, para fins únicos e exclusivos que decorrem da Lei da Transparência e da Lei do Pregão, Lei nº 10.520/2002, e da Lei Geral de Licitações, Lei nº 8.666/1993, que regem o presente Edital.

30. DO REAJUSTE

30.1. Os Contratos decorrentes do presente Processo de Licitação poderão ser reajustados, nos termos da Lei, pelo Índice IGPM (Índice Geral de Preços – Mercado), se houver necessidade de reajuste para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos da Constituição Federal, artigo 37, inciso XXI, da Lei nº 10.192/2001 artigo 2º, § 1º, e artigo 3º, § 1º, e da Lei nº 8.666/1993, artigo 40, inciso XI, artigo 55, inciso III, e artigo 65, § 8º, de ofício pela Administração ou mediante provocação dos Contratados.



31. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

31.1. Os Contratos decorrentes do presente Processo de Licitação poderão sofrer reequilíbrio econômico-financeiro, SE NECESSÁRIO, nos termos do artigo 65, alínea "d", da Lei nº 8.666/1993.

32. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 32.1. Nenhuma indenização será devida aos fornecedores por apresentarem documentação e/ ou proposta ao presente Pregão.
- 32.2. O fornecedor é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 32.3. No interesse da Administração, sem que caiba aos participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:
- a) adiada sua abertura.
- b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para realização da licitação.
- 32.4. A Administração reserva-se o direito de revogar ou anular a presente licitação, o todo ou em parte, por interesse administrativo, vício, ilegalidade pelos licitantes, ressalvando o disposto no parágrafo único do artigo 59, da Lei Federal n.º 8.666/93, de ofício ou mediante provocação.
- 32.5. Os casos decorrentes de omissão deste Edital serão resolvidos com aplicação às disposições da Legislação pertinente.
- 32.6. Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame fica eleito o foro da Comarca de Urubici-SC.
- 32.7. O Edital está disponível na íntegra no **Sistema Portal de Compras Públicas** no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br e também na página do **Município de Urubici** no endereço eletrônico www.urubici.sc.gov.br, ou poderá ser solicitado através do e-mail <u>licitacao@urubici.sc.gov.br</u>.
- 32.8. Maiores informações serão prestadas aos interessados no horário das 12h às 18h, pela Secretaria de Administração da Prefeitura de Urubici SC, pelo fone: (49) 3278-4211 e pelo e-mail licitacao@urubici.sc.gov.br.



33. ANEXOS DO EDITAL

- 33.1. Fazem parte integrante deste edital os seguintes anexos:
- 33.2. Termo de Referência, objeto do edital (Anexo I).
- 33.3. Declaração conjunta (Anexo II).
- 33.4. Declaração de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual (Anexo III).
- 33.5. Dados da empresa (Anexo IV).
- 33.6. Minuta contrato (Anexo V).
- 33.7. Minuta da ata de registro de preços (Anexo VI).

Urubici SC, 24 de janeiro de 2023.

Mariza Costa Prefeita Municipal



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1.0BJETO

O presente Termo de Referência objetiva o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISICÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS com fornecimento parcelado, para atender as necessidades das entidades vinculadas a Secretaria Municipal de Assistência Social e fundos pelo período de 12 (doze) meses conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

2.JUSTIFICATIVA

Justifica-se aquisição dos gêneros alimentícios pelas atividades, projetos e suporte para as demandas das entidades.

Manter uma variedade de gênero protético ao cardápio oferecido no que se refere ao acolhimento de crianças e no centro de convivência dos idoso, podendo assim propiciar alimentação adequada.

Justifica a abertura do presente procedimento licitatório, para manter os trabalhos administrativos e operacionais rotineiros dos setores. Bem como, manter os serviços públicos em níveis aceitáveis ao funcionamento dos trabalhos, para o cumprimento de sua finalidade com eficiência, continuidade e economia.

3.METODOLOGIA

A presente requisição será realizada por meio de processo licitatório, na modalidade de Pregão Eletrônico, observando os dispositivos legais, notadamente os princípios da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo decreto federal nº 10.024/2019, pela lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e pelas condições e exigências estabelecidas em Edital.

4.JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO

A escolha de modalidade de Pregão Eletrônico corrobora com as orientações dos principais Órgãos Fiscalizadores que apontam a modalidade como ideal para a aquisição dos bens e serviços comuns, tipo menor preço, uma vez que sua utilização é preferencial, segundo o decreto nº 5.450/05, revogado pelo decreto pelo nº10.024/2019. A adoção do sistema de Registro de Preço justifica-se pela forma de aquisição de bens e serviços, que terá previsão de entregas parceladas, segundo a necessidade, conforme as disponibilidades orçamentárias. A prestação do serviço se baseará na "demanda" encaminhada pela secretaria requisitante, através da competente ordem de serviço/fornecimento.



5.ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISICÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE, com fornecimento parcelado, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Fundos do Município de Urubici a pelo período de 12 (doze) meses.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO
1	ABOBORA MORANGA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	228	Kg	R\$ 5,07	R\$ 1.155,96
2	AIPIM CONGELADO AIPIM AMARELO DESCASCADO CONGELADO CONTENDO 1 KG	276	Kg	R\$ 7,25	R\$ 2.001,00
3	ALFACE CRESPA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	576	Maço	R\$ 2,42	R\$ 1.393,92
4	BANANA BRANCA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	2210	Kg	R\$ 5,82	R\$ 12.862,20
5	BETERRABA COM TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	276	Kg	R\$ 3,91	R\$ 1.079,16
6	BRÓCOLIS CABEÇA COM TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	796	Und	R\$ 3,85	R\$ 3.064,60
7	COUVE-FLOR COM TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	792	Und	R\$ 5,30	R\$ 4.197,60
8	CEBOLA DE CABEÇA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	586	Kg	R\$ 7,81	R\$ 4.576,66
9	CENOURA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	696	Kg	R\$ 4,09	R\$ 2.846,64



10	LARANJA PERA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	2280	Kg	R\$ 3,82	R\$ 8.709,60
11	MAÇÃ FUJI TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	2040	Kg	R\$ 8,95	R\$ 18.258,00
12	MAMÃO FORMOSA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	960	Kg	R\$ 11,53	R\$ 11.068,80
13	PEPINO JAPONÊS TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	348	Kg	R\$ 8,07	R\$ 2.808,36
14	MELÃO TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	840	Kg	R\$ 8,80	R\$ 7.392,00
15	PIMENTÃO VERDE TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	108	Kg	R\$ 12,27	R\$ 1.325,16
16	TOMATE TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	1090	Kg	R\$ 8,42	R\$ 9.177,80
17	BATATA ROSA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	1310	Kg	R\$ 6,19	R\$ 8.108,90
18	CHUCHU TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	420	Kg	R\$ 2,29	R\$ 961,80
19	MANGA PALMER TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	720	Kg	R\$ 7,36	R\$ 5.299,20
20	MARACUJÁ TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	360	Kg	R\$ 15,07	R\$ 5.425,20
21	ALHO	168	Kg	R\$ 27,55	R\$ 4.628,40
22	COUVE MANTEIGA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	528	Maço	R\$ 2,50	R\$ 1.320,00



23	SALSINHA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	384	Maço	R\$ 2,08	R\$ 798,72
24	ABACATE TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	360	Kg	R\$ 9,40	R\$ 3.384,00
25	BATATA DOCE TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	620	Kg	R\$ 4,22	R\$ 2.616,40
26	BERINJELA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	180	Kg	R\$ 8,34	R\$ 1.501,20
27	FEIJÃO DE VAGEM TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	120	Kg	R\$ 11,57	R\$ 1.388,40
28	ESPINAFRE TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	420	Maço	R\$ 2,25	R\$ 945,00
29	AGRIÃO TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	60	Maço	R\$ 2,78	R\$ 166,80
30	PINHÃO TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	780	Kg	R\$ 9,71	R\$ 7.573,80
31	ABACAXI TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	780	Kg	R\$ 8,64	R\$ 6.739,20
32	LIMÃO TAHITI TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	216	Kg	R\$ 9,71	R\$ 2.097,36
33	UVA NIÁGARA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	1140	Kg	R\$ 16,36	R\$ 18.650,40
34	BERGAMOTA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	1920	Kg	R\$ 7,25	R\$ 13.920,00



35	PIMENTÃO AMARELO TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	108	Kg	R\$ 21,80	R\$ 2.354,40
36	RÚCULA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	580	Maço	R\$ 2,08	R\$ 1.206,40
37	LARANJA LIMA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	2400	Kg	R\$ 5,27	R\$ 12.648,00
38	MELANCIA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	840	UND	R\$ 4,00	R\$ 3.360,00
39	PERA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	900	Kg	R\$ 13,16	R\$ 11.844,00
40	BANANA MAÇA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	2760	Kg	R\$ 8,95	R\$ 24.702,00
41	GOIABA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	240	Kg	R\$ 11,73	R\$ 2.815,20
42	REPOLHO TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	168	Und	R\$ 3,41	R\$ 572,88
43	MEL EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO COM RÓTULOS E SELO DE INSPEÇÃO	228	Kg	R\$ 32,03	R\$ 7.302,84
44	REQUEIJÃO 180 GRAMAS EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO COM RÓTULOS E SELO DE INSPEÇÃO	168	Und	R\$ 8,26	R\$ 1.387,68
45	BATATA SALSA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	780	Kg	R\$ 9,95	R\$ 7.761,00
46	SUCO DE UVA INTEGRAL EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO COM RÓTULOS E SELO DE INSPEÇÃO	840	Litro	R\$ 16,37	R\$ 13.750,80



47	SUCO LARANJA INTEGRAL EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO COM RÓTULOS E SELO DE INSPEÇÃO	900	Litro	R\$ 13,83	R\$ 12.447,00
48	MASSA DE PASTEL 1 KG ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO COM RÓTULOS E SELO DE INSPEÇÃO	188	Pacote	R\$ 12,70	R\$ 2.387,60
49	MILHO DE PIPOCA PACOTE COM 400 GRAMAS	252	Pacote	R\$ 5,02	R\$ 1.265,04
50	PRESUNTO PACOTE DE 500 GRAMAS ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO COM RÓTULOS E SELO DE INSPEÇÃO	288	Und	R\$ 17,88	R\$ 5.149,44
51	QUEIJO MUÇARELA PACOTE COM 2KG ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO COM RÓTULOS E SELO DE INSPEÇÃO	408	Pacote	R\$ 37,51	R\$ 15.304,08
52	BACON PÇA DE 1 KG CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO COM RÓTULOS E SELO DE INSPEÇÃO	192	Peça	R\$ 44,30	R\$ 8.505,60
53	CALABRESA CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO COM RÓTULOS E SELO DE INSPEÇÃO	252	kg	R\$ 21,10	R\$ 5.317,20
54	BANHA PACOTE DE 1KG ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO COM RÓTULOS E SELO DE INSPEÇÃO	144	Pacote	R\$ 14,50	R\$ 2.088,00
55	CARNE MOÍDA BOVINA COM RÓTULO E SELO DE INSPEÇÃO ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE DE SEGUNDA OU TERCEIRA QUALIDADE	1010	KG	R\$ 27,73	R\$ 28.007,30



56	COSTELA COM RÓTULO E SELO DE INSPEÇÃO ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE	720	Kg	R\$ 24,23	R\$ 17.445,60
57	LOMBO SUÍNO COM RÓTULO E SELO DE INSPEÇÃO ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE	720	Kg	R\$ 22,66	R\$ 16.315,20
58	SOBRECOXA DE FRANGO COM OSSO COM RÓTULO E SELO DE INSPEÇÃO ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE	600	Kg	R\$ 15,45	R\$ 9.270,00
59	FILEZINHO SASSAMI COM RÓTULO E SELO DE INSPEÇÃO ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE,	1202	Kg	R\$ 23,25	R\$ 27.946,50
60	FRANGO A PASSARINHO COM RÓTULO E SELO DE INSPEÇÃO ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE	1152	Kg	R\$ 13,00	R\$ 14.976,00
61	CARNE BOVINA PATINHO COM RÓTULO E SELO DE INSPEÇÃO ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE,	1152	Kg	R\$ 40,70	R\$ 46.886,40
62	COXÃO MOLE BOVINO COM RÓTULO E SELO DE INSPEÇÃO ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE	1316	Kg	R\$ 41,25	R\$ 54.285,00



63	SALSICHA PACOTE DE 1 KG COM RÓTULO E SELO DE INSPEÇÃO ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE	626	Kg	R\$ 11,59	R\$ 7.255,34
64	COXA DE FRANGO CONGELADO COM OSSO COM RÓTULO E SELO DE INSPEÇÃO ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE	744	Kg	R\$ 12,73	R\$ 9.471,12
65	COXA DE FRANGO SEM OSSO CONGELADO COM RÓTULO E SELO DE INSPEÇÃO ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE	600	Kg	R\$ 20,22	R\$ 12.132,00
66	LINGUIÇA PACOTE COM 800 GRAMAS COM ROTULO E SELO DE INSPEÇÃO ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE	720	kg	R\$ 20,65	R\$ 14.868,00
67	PEITO DE FRANGO CONGELADO COM RÓTULO E SELO DE INSPEÇÃO ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE	890	Kg	R\$ 20,50	R\$ 18.245,00
68	PERNIL SUÍNO COM RÓTULO E SELO DE INSPEÇÃO ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE	480	Kg	R\$ 14,70	R\$ 7.056,00
69	SOBRECOXA DE FRANGO CONGELADO SEM OSSO COM RÓTULO E SELO DE INSPEÇÃO ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE	744	Kg	R\$ 20,22	R\$ 15.043,68



70	PAPEL ALUMÍNIO 45X4M	144	Und	R\$ 10,74	R\$ 1.546,56
71	PAPEL PVC 28X15 M	168	Und	R\$ 8,40	R\$ 1.411,20
72	EMBALAGEM DE 2 LITROS PARA FREEZER PACOTE COM 100	180	Und	R\$ 7,05	R\$ 1.269,00
73	EMBALAGEM DE 3 LITROS PARA FREEZER PACOTE COM 100	240	Und	R\$ 8,46	R\$ 2.030,40
74	EMBALAGEM DE 5 LITROS PACOTE COM 100	240	Und	R\$ 11,00	R\$ 2.640,00
75	FILTRO DE PAPEL 103 COM 30 UNIDADES	120	Und	R\$ 6,00	R\$ 720,00
76	ERVILHA EM CONSERVA EMBALAGEM COM 200 GRAMAS	192	Und	R\$ 2,80	R\$ 537,60
77	DOCE DE GOIABA PACOTE COM 400 GRAMAS	120	Und	R\$ 4,77	R\$ 572,40
78	CURRY 30 GR	132	Und	R\$ 3,75	R\$ 495,00
79	CHIMICHURRI 30 GR	168	Und	R\$ 11,42	R\$ 1.918,56
80	COMINHO 30 GRAMAS	36	Und	R\$ 5,94	R\$ 213,84
81	KETCHUP 400 GRAMAS	204	Und	R\$ 5,32	R\$ 1.085,28
82	MOSTARDA AMARELA 200 GRAMAS	168	Und	R\$ 5,87	R\$ 986,16
83	MOLHO DE PIMENTA 150 ML	168	Und	R\$ 2,59	R\$ 435,12
84	LENTILHA PACOTE DE 500 GRAMAS	108	Und	R\$ 9,22	R\$ 995,76
				TOTAL MÁXIMO	R\$ 635.671,42

6.LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES PARA O FORNECIMENTO

O objeto desta licitação será entregue de acordo com a autorização de fornecimento (AF), na Secretaria Municipal de Assistência Social – Centro – Urubici- SC de 2° à 6°feira 8:30 às11:30 e 13:30 às 17:30 exceto feriados.

Os produtos referentes ao objeto deverão estar em embalagens originais, lacradas, sem avarias (furadas, rasgada, amassada ou enferrujada);

Não serão aceitos produtos referentes ao objeto em embalagens ou condições das solicitadas no item anterior;

Os produtos deverão possuir registro em órgão competente relacionados ao tipo de produto (Ministério da Saúde – ANVISA, MAPA e outros);

Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.



A empresa vencedora será a única responsável pela qualidade dos produtos entregues;

A entrega dos produtos, sendo feita através de transportadora, a mesma deverá esperar a conferência do mesmo para o recebimento provisório, a não conferência ocasionará a devolução imediata do mesmo;

O recebimento definitivo será efetuado após a completa conferência do produto entregue, caso este não seja compatível com o solicitado, será rejeitado e colocado à disposição do licitante vencedor devendo ele apresentar o produto solicitado de acordo com Edital para efetuar a substituição, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, sob as penalidades previstas neste Edital:

Após a emissão da Autorização de Fornecimento (AF) o vencedor terá prazo de até 5 dias úteis para a entrega do produto.

7.DAS DEPESAS E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas oriundas da Ata de Registros de Preços correrão por conta das dotações vinculadas, a seguir:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj/Ativ. 2102 Prog. Atenção Integ. FAM PAIF/CRAS 14 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.35.0167 Valor Total Máximo R\$ 143.807,62

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj/Ativ. 2104 Serviço Conv. Fort. Vínculos Criança/Adolescentes 01 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.35.0167 Valor Total Máximo R\$ 115.046,10

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj/Ativ. 2100 Índice Ges. Descentralizadora SUAS 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1 Valor Total Máximo R\$75.709.51

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj/Ativ. 2018 Operacionalização Secretaria Assistência Social 3.3.90.00.00.00.00.00.00.00.0080 Valor Total Máximo R\$ 86.284.57

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj/Ativ. 2021 Manutenção e Centro Conv. Grupo de Idosos 90 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.00.0080 Valor Total Máximo R\$ 76.697,40



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj/Ativ. 2022 Abrigo Institucional para Crianças e Adolescentes 95 3.3.90.00.00.00.00 0.1.00.0080 Valor Total Máximo R\$ 95.871.75

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj/Ativ. 2134 Serviço de Família Acolhedora 6 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.00.0080 Valor Total Máximo R\$ 42.254,47

8.DA GESTÃO DO CONTRATO

A gestão de contrato ficará a cargo do gestor de contratos; Felipe Corrêa Bernardes Mat°. 3208

9.DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização ficará a cargo do servidor abaixo relacionado; Daiane Beltrame Costa Mat°.2903

10.DO PAGAMENTO

O Município efetuará o pagamento do valor dos produtos entregues, em até 30 dias após o recebimento, por meio de ordem bancária, creditado na conta corrente da contratada, mediante o Termo de Recebimento, assinado pelo responsável pelo recebimento do bem, produto ou serviço e apresentação da correspondente nota fiscal/fatura.

11.DAS CONDIÇÕES PARA O PAGAMENTO

O Município efetuará o pagamento do valor dos produtos entregue, em até 30(trinta) dias após o recebimento, por meio de ordem bancária, creditado na conta corrente da contratada, mediante o Termo de Recebimento, assinado pelo responsável pelo recebimento do bem, produto, ou serviço e apresentação da correspondente nota fiscal/fatura;

Na Nota Fiscal deverá vir com os dados igual consta na Autorização de Fornecimento e deverá conter ainda o número do Processo, da autorização de fornecimento, descrição dos produtos e o número do Banco e da conta corrente da empresa, para a efetivação do pagamento;

Não será efetuado qualquer pagamento à licitante vencedora enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual;



O Município pagará a Nota Fiscal / Fatura somente à licitante vencedora, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária;

O Município somente liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas;

Para efeito de pagamento, será observado o que estabelecem as legislações vigentes quanto aos procedimentos de retenção, recolhimento e fiscalização;

Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciarse-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus ao Município;

12.HABILITAÇÃO JURÍDICA

No caso de empresário individual: Registro Comercial e cédula de identidade,

Em se tratando de Microempreendedor Individual — MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, ou

No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, ou;

No caso de sociedade por ações, ato constitutivo e estatuto em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971, ou;

Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir

No caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

13.REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);



Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal.

Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Alvará de funcionamento de titularidade da empresa licitante, expedido pela Prefeitura Municipal da sede da licitante, com vigência atualizada. Não serão considerados válidos protocolos ou recibos de solicitação da renovação de validade do Alvará.

Alvará sanitário de titularidade da empresa licitantes, expedido pela Prefeitura Municipal da sede da licitante, com vigência atualizada. Não serão considerados válidos protocolos ou recibos de solicitação da renovação de validade do Alvará.

Certidão Negativa Correcional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPM) da Controladoria Geral da União, emitida no seguinte endereço: https://certidoes.cgu.gov.br.

Alvará de licença e funcionamento da sede da licitante.

14.DA NÃO APLICAÇÃO DA LEI 14.133/2021

Não se aplica a esta Licitação, nem às contratações dela decorrentes, a Lei nº 14.133/2021.

15.DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD

Fica, expressamente, autorizado o tratamento de uso de dados pessoais de que trata a Lei Geral de Proteção de Dados dos participantes do presente Processo de Licitação, para fins únicos e exclusivos que decorrem da Lei da Transparência e da Lei do Pregão, Lei nº 10.520/2002, e da Lei Geral de Licitações, Lei nº 8.666/1993, que regem o presente Edital.

16.DO REAJUSTE



Os Contratos decorrentes do presente Processo de Licitação poderão ser reajustados, nos termos da Lei, pelo Índice IGPM (Índice Geral de Preços – Mercado), se houver necessidade de reajuste para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos da Constituição Federal, artigo 37, inciso XXI, da Lei nº 10.192/2001 artigo 2º, § 1º, e artigo 3º, § 1º, e da Lei nº 8.666/1993, artigo 40, inciso XI, artigo 55, inciso III, e artigo 65, § 8º, de ofício pela Administração ou mediante provocação dos Contratados.

17.DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os Contratos decorrentes do presente Processo de Licitação poderão sofrer reequilíbrio econômico-financeiro, SE NECESSÁRIO, nos termos do artigo 65, alínea "d", da Lei nº 8.666/1993.

18.QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Atestado expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em favor da empresa proponente, cujo teor comprove que a mesma forneceu e executou serviços de características semelhantes à do objeto desta licitação;

Não serão aceitos atestados emitidos pelo licitante em seu próprio nome, nem algum outro que não tenha originado de contratação.

Alvará sanitário (municipal ou estadual), expedido pelo órgão competente, em vigor, em nome da empresa licitante.

19.QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Certidão negativa de pedido de falência, ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da certidão o seu prazo de validade.

19.OUTROS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

Declaração de que a licitante cumpre o disposto no Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade);

Declaração de que não pesa contra si declaração de inidoneidade nos termos do artigo 87 inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93;

Declaração Negativa de Impedimentos para participar de Processo Licitatório, conforme o disposto no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, assinada pelo representante legal da empresa.

20.DAS PENALIDADES



Consoante o disposto no art. 77 da Lei 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei:

Pela inexecução total ou parcial do contrato, pelo adjudicatário, poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor de 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;

Pelo atraso na entrega dos produtos poderá ser aplicado multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da autorização de fornecimento.

Nos termos do artigo 7° da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o Licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;

No caso de o convocado não assinar o contrato ou, deixar de apresentar documentos solicitados para a contratação ou, recusar-se a fazê-los no prazo estabelecido, sem prejuízo da aplicação de multa de 10% (dez por cento) da sua Proposta de Preços e das demais sanções previstas em lei, o Município se reserva ao direito de convocar outro licitante, observada a ordem de classificação, hipótese em que a(o) pregoeiro(a) poderá negociar diretamente com o licitante para obtenção de preço menor;

Constatada a inveracidade de quaisquer das informações ou documentos fornecidos pelo licitante, poderá ela, resguardados os procedimentos legais, sofrer as sanções abaixo, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente

Suspensão temporária do direito de participar de licitações e de fornecer a Administração Pública por prazo de até 5 (cinco) anos;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o fornecedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes ou depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

Urubici, 23 de janeiro de 2023

Joselane Menegaz da Silva Secretária Municipal de Assistência Social



(Razão social da Empresa) CNPJ nº..... sediada

ANEXO II DECLARAÇÃO CONJUNTA

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa
, de de 2023.
DECLARA sob as penas da lei que, não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista do ente licitante.
DECLARA, que não se enquadra em nenhuma das proibições previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 – Lei de Licitações.
DECLARA que não pesa contra si declaração de inidoneidade, expedida em face de inexecução total ou parcial de contratos com outros entes públicos, nos termos do artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93, em atendimento ao artigo 97 da referida Lei.
DECLARA, para fins do disposto no Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988, que não emprega menores de 18 (dezoito) anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
DECLARA, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.
na (Endereço completo), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.)portador(a) do RG nº, do CPF nº, participante no Pregão Eletrônico nº, contrato de repasse nº(quando se tratar de convênios).



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(Razão social da Empresa), inscrita no CNPJ sob o nº,
por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.), portador(a) da
Carteira de Identidade nº do CPF nº DECLARA sob as sanções
Administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é
considerada:
() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme §1° do art. 18A.° da Lei
Complementar nº 123, de 14/12/2006.
() MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de
14/12/2006.
() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3.º da Lei
Complementar nº 123, de 14/12/2006.
DECLARA AINDA que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do
art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
, de de 2023.
Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa



ANEXO IV

Dados da empresa: Razão social; Endereço completo; Telefone; E-mail; Nome do banco, nº da agência, nº da conta co Dados do representante legal;	orrente em nome da proponente;	
	,de_	de 2023
Assinatura do Repr	resentante Legal	



ANEXO V

O MUNICÍPIO DE URUBICI, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Francisco Pereira de Souza, 53, Centro, Urubici, SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.843.582/0001-32, neste ato representado pela Prefeita, senhora XXXX, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº XXXX, residente e domiciliado no Município Urubici, SC, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e a empresa xxxxxxxxxxx, pessoa jurídica de direito privado, com sede na xxxxxxxxx Bairro xxxxx, cidade xxxxxx, CEP: xxxxxx, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxx, neste ato representado pelo seu representante legal, xxxxxx, portador do RG sob o nº xxxxxxxx inscrito no CPF sob o nº xxxxxxxx, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de fornecimento decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2023, que reger-se-á pelas normas da Lei Federal n. 8.666/93 e legislações complementares e pelas cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato o Registro de Preços para eventuais aquisições de gêneros alimentícios e materiais de limpeza e higiene, com fornecimento parcelado, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Fundos pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações constandes no Termo de Referência (Anexo I) do edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO LOCAL E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- 2.1. O objeto deste contrato será entregue de acordo com a autorização de fornecimento (AF), na Secretaria Municipal de Assistência Social, na Praça Francisco Pereira de Souza, 53 Centro Urubici-SC, de segunda-feira à sexta-feira das 12h00min às 18h00min, exceto feriados.
- 2.2. Os produtos referentes ao objeto deverão estar em embalagens originais, lacradas, sem avarias (furadas, rasgada, amassada ou enferrujada).
- 2.3. Não serão aceitos produtos referentes ao objeto em embalagens ou condições diferentes das solicitadas no item anterior.



- 2.4. Os produtos deverão possuir registro em órgão competente relacionados ao tipo de produto (Ministério da Saúde ANVISA, MAPA e outros).
- 2.5. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.
- 2.6. A empresa vencedora será a única responsável pela qualidade dos produtos entregues.
- 2.7. A entrega dos produtos sendo feita através de transportadora, a mesma deverá esperar a conferência do mesmo para o recebimento provisório, a não conferência ocasionará a devolução imediata do mesmo.
- 2.8. O recebimento definitivo será efetuado após a completa conferência do produto entregue, caso este não seja compatível com o solicitado, será rejeitado e colocado a disposição do licitante vencedor devendo o mesmo apresentar o produto solicitado de acordo com Edital para efetuar a substituição, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, sob as penalidades previstas neste Edital.
- 2.9. Após a emissão da Autorização de Fornecimento (AF) o vencedor terá prazo de até 05 (cinco) dias úteis para a entrega do produto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos serviços prestados, o valor conforme a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO
1	ABOBORA MORANGA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	228	Kg	XX	XX
2	AIPIM CONGELADO AIPIM AMARELO DESCASCADO CONGELADO CONTENDO 1 KG	276	Kg	XX	XX



3	ALFACE CRESPA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	576	Maço	XX	xx
4	BANANA BRANCA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	2210	Kg	XX	XX
5	BETERRABA COM TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	276	Kg	XX	XX
6	BRÓCOLIS CABEÇA COM TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	796	Und	XX	XX
7	COUVE-FLOR COM TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	792	Und	XX	XX
8	CEBOLA DE CABEÇA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	586	Kg	XX	XX
9	CENOURA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	696	Kg	XX	XX
10	LARANJA PERA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	2280	Kg	XX	XX
11	MAÇÃ FUJI TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	2040	Kg	XX	XX
12	MAMÃO FORMOSA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	960	Kg	XX	XX
13	PEPINO JAPONÊS TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	348	Kg	XX	XX
14	MELÃO TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	840	Kg	XX	XX



15	PIMENTÃO VERDE TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	108	Kg	XX	xx
16	TOMATE TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	1090	Kg	XX	XX
17	BATATA ROSA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	1310	Kg	XX	XX
18	CHUCHU TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	420	Kg	XX	XX
19	MANGA PALMER TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	720	Kg	XX	XX
20	MARACUJÁ TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	360	Kg	XX	XX
21	ALHO	168	Kg	XX	XX
22	COUVE MANTEIGA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	528	Maço	XX	XX
23	SALSINHA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	384	Maço	XX	XX
24	ABACATE TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	360	Kg	XX	XX
25	BATATA DOCE TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	620	Kg	XX	XX
26	BERINJELA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	180	Kg	XX	XX
27	FEIJÃO DE VAGEM TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	120	Kg	XX	XX



28	ESPINAFRE TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	420	Maço	XX	xx
29	AGRIÃO TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	60	Maço	XX	XX
30	PINHÃO TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	780	Kg	XX	XX
31	ABACAXI TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	780	Kg	XX	XX
32	LIMÃO TAHITI TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	216	Kg	XX	XX
33	UVA NIÁGARA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	1140	Kg	XX	XX
34	BERGAMOTA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	1920	Kg	XX	XX
35	PIMENTÃO AMARELO TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	108	Kg	XX	XX
36	RÚCULA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	580	Maço	XX	XX
37	LARANJA LIMA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	2400	Kg	XX	XX
38	MELANCIA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	840	UND	XX	XX
39	PERA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	900	Kg	XX	XX



40	BANANA MAÇA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	2760	Kg	XX	XX
41	GOIABA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	240	Kg	XX	XX
42	REPOLHO TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	168	Und	XX	XX
43	MEL EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO COM RÓTULOS E SELO DE INSPEÇÃO	228	Kg	XX	XX
44	REQUEIJÃO 180 GRAMAS EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO COM RÓTULOS E SELO DE INSPEÇÃO	168	Und	XX	XX
45	BATATA SALSA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	780	Kg	XX	XX
46	SUCO DE UVA INTEGRAL EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO COM RÓTULOS E SELO DE INSPEÇÃO	840	Litro	XX	XX
47	SUCO LARANJA INTEGRAL EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO COM RÓTULOS E SELO DE INSPEÇÃO	900	Litro	XX	XX
48	MASSA DE PASTEL 1 KG ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO COM RÓTULOS E SELO DE INSPEÇÃO	188	Pacote	XX	XX
49	MILHO DE PIPOCA PACOTE COM 400 GRAMAS	252	Pacote	XX	XX
50	PRESUNTO PACOTE DE 500 GRAMAS ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO COM RÓTULOS E SELO DE INSPEÇÃO	288	Und	XX	XX



51	QUEIJO MUÇARELA PACOTE COM 2KG ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO COM RÓTULOS E SELO DE INSPEÇÃO	408	Pacote	XX	XX
52	BACON PÇA DE 1 KG CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO COM RÓTULOS E SELO DE INSPEÇÃO	192	Peça	XX	XX
53	CALABRESA CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO COM RÓTULOS E SELO DE INSPEÇÃO	252	kg	XX	XX
54	BANHA PACOTE DE 1KG ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO COM RÓTULOS E SELO DE INSPEÇÃO	144	Pacote	xx	xx
55	CARNE MOÍDA BOVINA COM RÓTULO E SELO DE INSPEÇÃO ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE DE SEGUNDA OU TERCEIRA QUALIDADE	1010	KG	XX	XX
56	COSTELA COM RÓTULO E SELO DE INSPEÇÃO ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE	720	Kg	XX	xx
57	LOMBO SUÍNO COM RÓTULO E SELO DE INSPEÇÃO ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE	720	Kg	XX	XX
58	SOBRECOXA DE FRANGO COM OSSO COM RÓTULO E SELO DE INSPEÇÃO ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE	600	Kg	xx	xx



59	FILEZINHO SASSAMI COM RÓTULO E SELO DE INSPEÇÃO ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE,	1202	Kg	XX	XX
60	FRANGO A PASSARINHO COM RÓTULO E SELO DE INSPEÇÃO ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE	1152	Kg	XX	XX
61	CARNE BOVINA PATINHO COM RÓTULO E SELO DE INSPEÇÃO ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE,	1152	Kg	XX	XX
62	COXÃO MOLE BOVINO COM RÓTULO E SELO DE INSPEÇÃO ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE	1316	Kg	XX	XX
63	SALSICHA PACOTE DE 1 KG COM RÓTULO E SELO DE INSPEÇÃO ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE	626	Kg	XX	XX
64	COXA DE FRANGO CONGELADO COM OSSO COM RÓTULO E SELO DE INSPEÇÃO ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE	744	Kg	XX	XX
65	COXA DE FRANGO SEM OSSO CONGELADO COM RÓTULO E SELO DE INSPEÇÃO ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE	600	Kg	XX	XX



66	LINGUIÇA PACOTE COM 800 GRAMAS COM RÓTULO E SELO DE INSPEÇÃO ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE	720	kg	XX	XX
67	PEITO DE FRANGO CONGELADO COM RÓTULO E SELO DE INSPEÇÃO ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE	890	Kg	XX	XX
68	PERNIL SUÍNO COM RÓTULO E SELO DE INSPEÇÃO ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE	480	Kg	XX	XX
69	SOBRECOXA DE FRANGO CONGELADO SEM OSSO COM RÓTULO E SELO DE INSPEÇÃO ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE	744	Kg	XX	xx
70	PAPEL ALUMÍNIO 45X4M	144	Und	XX	XX
71	PAPEL PVC 28X15 M	168	Und	XX	XX
72	EMBALAGEM DE 2 LITROS PARA FREEZER PACOTE COM 100	180	Und	XX	XX
73	EMBALAGEM DE 3 LITROS PARA FREEZER PACOTE COM 100	240	Und	XX	XX
74	EMBALAGEM DE 5 LITROS PACOTE COM 100	240	Und	XX	XX
75	FILTRO DE PAPEL 103 COM 30 UNIDADES	120	Und	XX	XX
76	ERVILHA EM CONSERVA EMBALAGEM COM 200 GRAMAS	192	Und	XX	XX
77	DOCE DE GOIABA PACOTE COM 400 GRAMAS	120	Und	XX	XX
78	CURRY 30 GR	132	Und	XX	XX
79	CHIMICHURRI 30 GR	168	Und	XX	XX



		•		TOTAL MÁXIMO	XX
84	LENTILHA PACOTE DE 500 GRAMAS	108	Und	XX	XX
83	MOLHO DE PIMENTA 150 ML	168	Und	XX	XX
82	MOSTARDA AMARELA 200 GRAMAS	168	Und	XX	XX
81	KETCHUP 400 GRAMAS	204	Und	XX	XX
80	COMINHO 30 GRAMAS	36	Und	XX	XX

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

- 4.1. O Município efetuará o pagamento do valor, após o recebimento dos produtos, por meio de ordem bancária, creditado na conta corrente da contratada, mediante o Termo de Recebimento, assinado pelo responsável pelo recebimento do bem ou produto e apresentação da correspondente nota fiscal/fatura.
- 4.2. Na Nota Fiscal deverá constar o CNPJ e Razão Social do órgão emissor da Autorização de Fornecimento, número do processo administrativo, da Autorização de Fornecimento, descrição dos produtos e o número do Banco e da conta corrente da empresa, para a efetivação do pagamento.
- 4.3. Quando houver no pedido de fornecimento, mais de uma fonte de recursos deverá ser emitida uma nota fiscal para cada nota de empenho, respectivamente.
- 4.4. Não será efetuado qualquer pagamento à licitante vencedora enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.
- 4.5. O Município pagará a Nota Fiscal / Fatura somente à licitante vencedora, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.
- 4.6. O Município somente liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.
- 4.7. Para efeito de pagamento, será observado o que estabelecem as legislações vigentes quanto aos procedimentos de retenção, recolhimento e fiscalização.
- 4.8. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus ao Município.



CLAÚSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1. As despesas oriundas do contrato correrão por conta das dotações vinculadas ao Orçamento:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj/Ativ. 2102 Prog. Atenção Integ. FAM PAIF/CRAS 14 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.35.0167 Valor Total Máximo R\$ XXXX

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj/Ativ. 2104 Serviço Conv. Fort. Vínculos Criança/Adolescentes 01 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.35.0167 Valor Total Máximo R\$ XXXX

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj/Ativ. 2100 Índice Ges. Descentralizadora SUAS 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.
Valor Total Máximo R\$ XXXX

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj/Ativ. 2018 Operacionalização Secretaria Assistência Social 87 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.00.0080 Valor Total Máximo R\$ XXXX

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj/Ativ. 2021 Manutenção e Centro Conv. Grupo de Idosos 90 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.00.0080 Valor Total Máximo R\$ XXXX

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj/Ativ. 2022 Abrigo Institucional para Crianças e Adolescentes 95 3.3.90.00.00.00.00 0.1.00.0080 Valor Total Máximo R\$ XXXX

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj/Ativ. 2134 Serviço de Família Acolhedora 6 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.00.0080 Valor Total Máximo R\$ XXXX

CLAÚSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES



7.1. DA CONTRATADA;

- 7.1.1. A assinatura do Contrato pela licitante vencedora deverá ser por meio de <u>assinatura eletrônica com certificado digital</u> do representante legal da empresa.
- 7.2. A contratada deverá efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela CONTRATANTE, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia.
- 7.3. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
- 7.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 7.5. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 01 (um) a 02 (dois) dias úteis, o produto com avarias ou defeitos.
- 7.6. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.
- 7.7. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 12 (doze) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 7.8. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração.
- 7.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 7.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



7.11. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

7.2. DO CONTRATANTE;

- 7.2. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário.
- 7.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos.
- 7.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado.
- 7.5. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos produtos, fixando prazo para a sua correção.
- 7.6. Efetuar o pagamento no prazo previsto.
- 7.7. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

8.1. Os Contratos decorrentes do presente Processo de Licitação poderão ser reajustados, nos termos da Lei, pelo Índice IGPM (Índice Geral de Preços – Mercado), se houver necessidade de reajuste para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos da Constituição Federal, artigo 37, inciso XXI, da Lei nº 10.192/2001 artigo 2º, § 1º, e artigo 3º, § 1º, e da Lei nº 8.666/1993, artigo 40, inciso XI, artigo 55, inciso III, e artigo 65, § 8º, de ofício pela Administração ou mediante provocação dos Contratados.

CLÁUSULA NONA - DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

9.1. Os Contratos decorrentes do presente Processo de Licitação poderão sofrer reequilíbrio econômico-financeiro, SE NECESSÁRIO, nos termos do artigo 65, alínea "d", da Lei nº 8.666/1993.



CLAUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 10.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:
- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e Diplomas Complementares, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- 10.2. O cancelamento do registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador;
- 10.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor.
- 10.4. É direito da administração, no caso de rescisão, usar das prerrogativas do Art. 77 da Lei Federal n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A fiscalização da presente ata/contrato ficará a cargo do servidor(a) abaixo mencionado.

Daiane Beltrame Costa Matrícula nº 2903



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GESTÃO DO CONTRATO

12.1. A gestão do contrato ficará a cargo do gestor de contratos através do servidor:

Felipe Correa Bernardes Mat.° 3208

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

- 13.1. Qualquer tipo de comunicação por parte da CONTRATADA deverá ser encaminhada por meio digital para o e-mail proc.urubici@gmail.com.
- 13.2. Qualquer tipo de comunicação por parte do CONTRATANTE deverá ser encaminhada por meio digital para o e-mail XXXXXXXXX.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

- 14.1. A vigência do contrato a ser firmada entre o Município e a licitante vencedora terá validade de **12 (doze) meses** contados a partir da assinatura do mesmo.
- 14.2. No Exercício seguinte, a vigência deste Contrato ficará vinculada à existência de dotações orçamentárias a serem, devidamente, apostiladas ao Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

- 15.1. O contrato será rescindido quando o contratado:
- a) descumprir as cláusulas do contrato;
- b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e Diplomas Complementares, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/02.
- 14.2. A rescisão do contrato poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento do contrato, devidamente comprovados e justificados:
- a) por razão de interesse público;



b) a pedido da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES

- 16.1. Consoante o disposto no art. 77 da Lei 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei
- 16.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato, pelo adjudicatário, poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor de 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis.
- 16.3. Pelo atraso na entrega dos produtos poderá ser aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da autorização de fornecimento.
- 16.4. Nos termos do artigo 7° da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a CONTRATADA, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CONTRATANTE, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.
- 16.5. No caso de o convocado não assinar o contrato ou deixar de apresentar documentos solicitados para a contratação ou recusar-se a fazê-los no prazo estabelecido, sem prejuízo da aplicação de multa de 10% (dez por cento) da sua Proposta de Preços e das demais sanções previstas em lei, o CONTRATANTE se reserva ao direito de convocar outro licitante, observada a ordem de classificação, hipótese em que a(o) pregoeiro(a) poderá negociar diretamente com a CONTRATADA para obtenção de preço menor.
- 16.6. Constatada a inveracidade de quaisquer das informações ou documentos fornecidos pela CONTRATADA, poderá, resguardados os procedimentos legais e respeitando o direito à ampla defesa e ao contraditório, sofrer as sanções abaixo, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente:
- a) Suspensão temporária do direito de participar de licitações e de fornecer à Administração Pública por prazo de até 5 (cinco) anos;
- b) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja



promovida a reabilitação, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes ou depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO DIREITO DE RESERVA

- 17.1. O CONTRATANTE reserva-se ao direito de revogar o certame por razões de interesse público devidamente justificado, ou de anulá-lo, caso ocorram vícios de ilegalidade, nos termos do art. 49 da Lei de Licitações.
- 17.2. O(s) serviço(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Edital e seu(s) anexo(s), não será(ão) aceito(s), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no art. 76 da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Urubici, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente contrato, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA, para dirimir dúvidas ou questões que não encontrem forma de resolução entre as partes, sendo esse foro irrenunciável pelo CONTRATANTE, diante do que dispõe o art. 109, inciso I, da Constituição Federal.
- 18.2. Os requerimentos relacionados ao contrato deverão ser encaminhados por meio digital para o e-mail <u>proc.urubici@gmail.com</u>.
- 18.3. Fica, expressamente, autorizado o tratamento de uso de dados pessoais de que trata a Lei Geral de Proteção de Dados do(a) CONTRATADO(a), para fins únicos e exclusivos que decorrem da Lei da Transparência e da Lei Geral de Licitações, Lei nº 8.666/1993, e da Lei do Pregão, Lei nº 10.520/2002, que regem a presente contratação pública.
- 18.4. Não se aplica a este Contrato as disposições da Lei nº 14.133/2021.
- 18.5. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto 3.555/2000, alterada, e demais normas aplicáveis. E, por estarem assim justos e acordados, assinam as partes o presente instrumento.

Urubici-SC, XX de XX de 2023.



MARIZA COSTA PREFEITA MUNICIPAL XXXXXX XXXXXX

FELIPE CORRÊA BERNARDES MATRICULA 3208 GESTOR DOCONTRATO XXXXXXX MATRÍCULA XX FISCAL DO CONTRATO



ANEXO VI

(MINUTA)

PROCESSO ADMINISTRATIVO	XXX/2023
PROCESSO DE COMPRA	XXX/2023
PREGÃO ELETRÔNICO	XXX/2023
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	XXX/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE URUBICI E A EMRPRESA XXXXXX

O MUNICÍPIO DE URUBICI, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Francisco Pereira de Souza, 53, Centro, Urubici, SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.843.582/0001-32, neste ato representado pela Prefeita, senhora XXXX, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº XXXX, residente e domiciliado no Município Urubici, SC, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e a empresa xxxxxxxxxxx, pessoa jurídica de direito privado, com sede na xxxxxxxxx Bairro xxxxx, cidade xxxxxx, CEP: xxxxxx, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxx, neste ato representado pelo seu representante legal, xxxxxx, portador do RG sob o nº xxxxxxxxe inscrito no CPF sob o nº xxxxxxxx, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de fornecimento decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2023, que reger-se-á pelas normas da Lei Federal n. 8.666/93 e legislações complementares e pelas cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente Ata o Registro de Preços para eventuais aquisições de gêneros alimentícios e materiais de limpeza e higiene, com fornecimento parcelado, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Fundos pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações constandes no Termo de Referência (Anexo I) do edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO LOCAL E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO



- 2.1. O objeto deste contrato será entregue de acordo com a autorização de fornecimento (AF), na Secretaria Municipal de Assistência Social, na Praça Francisco Pereira de Souza, 53 Centro Urubici-SC, de segunda-feira à sexta-feira das 12h00min às 18h00min, exceto feriados.
- 2.2. Os produtos referentes ao objeto deverão estar em embalagens originais, lacradas, sem avarias (furadas, rasgada, amassada ou enferrujada).
- 2.3. Não serão aceitos produtos referentes ao objeto em embalagens ou condições diferentes das solicitadas no item anterior.
- 2.4. Os produtos deverão possuir registro em órgão competente relacionados ao tipo de produto (Ministério da Saúde ANVISA, MAPA e outros).
- 2.5. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.
- 2.6. A empresa vencedora será a única responsável pela qualidade dos produtos entregues.
- 2.7. A entrega dos produtos sendo feita através de transportadora, a mesma deverá esperar a conferência do mesmo para o recebimento provisório, a não conferência ocasionará a devolução imediata do mesmo.
- 2.8. O recebimento definitivo será efetuado após a completa conferência do produto entregue, caso este não seja compatível com o solicitado, será rejeitado e colocado a disposição do licitante vencedor devendo o mesmo apresentar o produto solicitado de acordo com Edital para efetuar a substituição, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, sob as penalidades previstas neste Edital.
- 2.9. Após a emissão da Autorização de Fornecimento (AF) o vencedor terá prazo de até 05 (cinco) dias úteis para a entrega do produto.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no PREGÃO ELETRÔNICO nº 002/2023.



ITEM	ESPECIFICAÇÃO		QTD	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO
1	ABOBORA MORANGA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, ISENTO DE PARTES AMASSADAS		Kg	XX	XX
2	AIPIM CONGELADO AIPIM AMARELO DESCASCADO CONGELADO CONTENDO 1 KG	276	Kg	XX	XX
3	PARTES ÁMASSADAS BANANA BRANCA TAMANHO E		Maço	XX	XX
4			Kg	XX	XX
5	BETERRABA COM TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS		Kg	XX	XX
6	BRÓCOLIS CABEÇA COM TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS		Und	XX	XX
7	COUVE-FLOR COM TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS		Und	XX	XX
8	CEBOLA DE CABEÇA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS		Kg	XX	XX
9	CENOURA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS		Kg	XX	XX
10	LARANJA PERA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS		Kg	XX	XX
11	MAÇÃ FUJI TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	2040	Kg	XX	XX



12	MAMÃO FORMOSA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	960	Kg	XX	xx
13	PEPINO JAPONÊS TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	348	Kg	XX	XX
14	MELÃO TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	840	Kg	XX	XX
15	PIMENTÃO VERDE TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	108	Kg	XX	XX
16	TOMATE TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	1090	Kg	XX	XX
17	BATATA ROSA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS		Kg	XX	XX
18	CHUCHU TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS		Kg	XX	XX
19	MANGA PALMER TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS		Kg	XX	XX
20	MARACUJÁ TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	360	Kg	XX	XX
21	ALHO	168	Kg	XX	XX
22	COUVE MANTEIGA TAMANHO E		Maço	XX	XX
23	SALSINHA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS		Maço	XX	XX
24	ABACATE TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	360	Kg	XX	XX



25	BATATA DOCE TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	620	Kg	XX	xx
26	BERINJELA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	180	Kg	XX	XX
27	FEIJÃO DE VAGEM TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	120	Kg	XX	XX
28	ESPINAFRE TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	420	Maço	XX	XX
29	AGRIÃO TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	60	Maço	XX	XX
30	PINHÃO TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS		Kg	XX	XX
31	ABACAXI TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS		Kg	XX	XX
32	LIMÃO TAHITI TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	216	Kg	XX	XX
33	UVA NIÁGARA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	1140	Kg	XX	XX
34	BERGAMOTA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	1920	Kg	XX	XX
35	PIMENTÃO AMARELO TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS		Kg	XX	XX
36	RÚCULA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	580	Maço	XX	XX



37	LARANJA LIMA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	2400	Kg	XX	XX
38	MELANCIA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	840	UND	XX	XX
39	PERA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	900	Kg	XX	XX
40	BANANA MAÇA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	2760	Kg	XX	XX
41	GOIABA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	240	Kg	XX	XX
42	REPOLHO TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	168	Und	XX	XX
43	MEL EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO COM RÓTULOS E SELO DE INSPEÇÃO	228	Kg	XX	XX
44	REQUEIJÃO 180 GRAMAS EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO COM RÓTULOS E SELO DE INSPEÇÃO		Und	XX	XX
45	BATATA SALSA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTO DE PARTES AMASSADAS	780	Kg	XX	XX
46	SUCO DE UVA INTEGRAL EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO COM RÓTULOS E SELO DE INSPEÇÃO	840	Litro	XX	XX
47	SUCO LARANJA INTEGRAL EM		Litro	XX	XX
48	MASSA DE PASTEL 1 KG ACONDICIONADA EM TEMPERATURA		Pacote	XX	XX



49	MILHO DE PIPOCA PACOTE COM 400 GRAMAS	252	Pacote	XX	xx
50	PRESUNTO PACOTE DE 500 GRAMAS ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO COM RÓTULOS E SELO DE INSPEÇÃO	288	Und	XX	XX
51	QUEIJO MUÇARELA PACOTE COM 2KG ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO COM RÓTULOS E SELO DE INSPEÇÃO	408	Pacote	XX	XX
52	BACON PÇA DE 1 KG CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO COM RÓTULOS E SELO DE INSPEÇÃO	192	Peça	XX	XX
53	CALABRESA CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO COM RÓTULOS E SELO DE INSPEÇÃO	252	kg	XX	XX
54	BANHA PACOTE DE 1KG ACONDICIONADA EM TEMPERATURA		Pacote	XX	xx
55	CARNE MOÍDA BOVINA COM RÓTULO E SELO DE INSPEÇÃO ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE DE SEGUNDA OU TERCEIRA QUALIDADE	1010	KG	XX	XX
56	COSTELA COM RÓTULO E SELO DE INSPEÇÃO ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE	720	Kg	XX	xx



57	LOMBO SUÍNO COM RÓTULO E SELO DE INSPEÇÃO ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE	720	Kg	XX	XX
58	SOBRECOXA DE FRANGO COM OSSO COM RÓTULO E SELO DE INSPEÇÃO ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE	600	Kg	xx	XX
59	FILEZINHO SASSAMI COM RÓTULO E SELO DE INSPEÇÃO ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE,	1202	Kg	xx	XX
60	FRANGO A PASSARINHO COM RÓTULO E SELO DE INSPEÇÃO ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE		Kg	XX	XX
61	CARNE BOVINA PATINHO COM RÓTULO E SELO DE INSPEÇÃO ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE,		Kg	XX	XX
62	COXÃO MOLE BOVINO COM RÓTULO E SELO DE INSPEÇÃO ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE	1316	Kg	XX	XX
63	SALSICHA PACOTE DE 1 KG COM RÓTULO E SELO DE INSPEÇÃO ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE		Kg	XX	XX



64	COXA DE FRANGO CONGELADO COM OSSO COM RÓTULO E SELO DE INSPEÇÃO ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE	744	Kg	XX	XX
65	COXA DE FRANGO SEM OSSO CONGELADO COM RÓTULO E SELO DE INSPEÇÃO ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE	600	Kg	XX	XX
66	LINGUIÇA PACOTE COM 800 GRAMAS COM RÓTULO E SELO DE INSPEÇÃO ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE	720	kg	XX	XX
67	PEITO DE FRANGO CONGELADO COM RÓTULO E SELO DE INSPEÇÃO ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE	890	Kg	XX	XX
68	PERNIL SUÍNO COM RÓTULO E SELO DE INSPEÇÃO ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE		Kg	XX	xx
69	SOBRECOXA DE FRANGO CONGELADO SEM OSSO COM RÓTULO E SELO DE INSPEÇÃO ACONDICIONADA EM TEMPERATURA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE	744	Kg	XX	XX
70	PAPEL ALUMÍNIO 45X4M	144	Und	XX	XX
71	PAPEL PVC 28X15 M	168	Und	XX	XX
72	EMBALAGEM DE 2 LITROS PARA FREEZER PACOTE COM 100	180	Und	XX	XX



				TOTAL MÁXIMO	XX
84	LENTILHA PACOTE DE 500 GRAMAS	108	Und	XX	XX
83	MOLHO DE PIMENTA 150 ML	168	Und	XX	XX
82	MOSTARDA AMARELA 200 GRAMAS	168	Und	XX	XX
81	KETCHUP 400 GRAMAS	204	Und	XX	XX
80	COMINHO 30 GRAMAS	36	Und	XX	XX
79	CHIMICHURRI 30 GR	168	Und	XX	XX
78	CURRY 30 GR	132	Und	XX	XX
77	DOCE DE GOIABA PACOTE COM 400 GRAMAS	120	Und	XX	XX
76	ERVILHA EM CONSERVA EMBALAGEM COM 200 GRAMAS	192	Und	XX	XX
75	FILTRO DE PAPEL 103 COM 30 UNIDADES	120	Und	XX	XX
74	EMBALAGEM DE 5 LITROS PACOTE COM 100	240	Und	XX	XX
73	EMBALAGEM DE 3 LITROS PARA FREEZER PACOTE COM 100	240	Und	xx	XX

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

- 4.1. O Município efetuará o pagamento do valor, após o recebimento dos produtos, por meio de ordem bancária, creditado na conta corrente da contratada, mediante o Termo de Recebimento, assinado pelo responsável pelo recebimento do bem ou produto e apresentação da correspondente nota fiscal/fatura.
- 4.2. Na Nota Fiscal deverá constar o CNPJ e Razão Social do órgão emissor da Autorização de Fornecimento, número do processo administrativo, da Autorização de Fornecimento, descrição dos produtos e o número do Banco e da conta corrente da empresa, para a efetivação do pagamento.
- 4.3. Quando houver no pedido de fornecimento, mais de uma fonte de recursos deverá ser emitida uma nota fiscal para cada nota de empenho, respectivamente.
- 4.4. Não será efetuado qualquer pagamento à licitante vencedora enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.



- 4.5. O Município pagará a Nota Fiscal / Fatura somente à licitante vencedora, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.
- 4.6. O Município somente liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.
- 4.7. Para efeito de pagamento, será observado o que estabelecem as legislações vigentes quanto aos procedimentos de retenção, recolhimento e fiscalização.
- 4.8. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus ao Município.

CLAÚSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1. As despesas oriundas da presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações vinculadas ao Orçamento:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj/Ativ. 2102 Prog. Atenção Integ. FAM PAIF/CRAS 14 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.35.0167 Valor Total Máximo R\$ XX

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj/Ativ. 2104 Serviço Conv. Fort. Vínculos Criança/Adolescentes 01 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.35.0167 Valor Total Máximo R\$ XX

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj/Ativ. 2100 Índice Ges. Descentralizadora SUAS 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1. Valor Total Máximo R\$XX

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj/Ativ. 2018 Operacionalização Secretaria Assistência Social 3.3.90.00.00.00.00.00.00.00.00.00.00 Valor Total Máximo R\$XX

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj/Ativ. 2021 Manutenção e Centro Conv. Grupo de Idosos



90 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.00.0080 Valor Total Máximo R\$ XX

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj/Ativ. 2022 Abrigo Institucional para Crianças e Adolescentes 95 3.3.90.00.00.00.00 0.1.00.0080 Valor Total Máximo R\$ XX

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj/Ativ. 2134 Serviço de Família Acolhedora 6 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.00.0080 Valor Total Máximo R\$ XX

CLÁUSULA SEXTA – DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. Homologado o resultado da licitação, o Município, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços, que após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.
- 6.2. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada por intermédio da Ata de Registro de Preços e emissão de Autorização de Fornecimento e Empenho.
- 6.3. O fornecedor ficará obrigado a atender todas as autorizações de fornecimentos efetuadas durante a vigência da Ata, mesmo que as entregas delas estejam previstas para data posterior à do seu vencimento.
- 6.4. A existência de preços registrados não obriga a administração a adquirir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

CLAÚSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES

7.1. DA CONTRATADA;

- 7.1.1. A assinatura do Contrato pela licitante vencedora deverá ser por meio de <u>assinatura eletrônica com certificado digital</u> do representante legal da empresa.
- 7.2. A contratada deverá efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela CONTRATANTE, em estrita observância das especificações do



Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia.

- 7.3. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
- 7.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 7.5. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 01 (um) a 02 (dois) dias úteis, o produto com avarias ou defeitos.
- 7.6. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.
- 7.7. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 12 (doze) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 7.8. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração.
- 7.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 7.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 7.11. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

7.2. DO CONTRATANTE;



- 7.2. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário.
- 7.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos.
- 7.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado.
- 7.5. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos produtos, fixando prazo para a sua correção.
- 7.6. Efetuar o pagamento no prazo previsto.
- 7.7. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA OITAVA – DA REVISÃO DOS PREÇOS

- 8.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;
- 8.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:
 - a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
 - b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
 - c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 8.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:



- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento:
- b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 8.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 8.5. Caso o Município já tenha emitido a autorização de fornecimento respectiva, para que a Empresa realize a entrega do produto, e a Empresa ainda não tenha solicitado a revisão de preços, esta não incidirá sobre o pedido já formalizado e empenhado;
- 8.6. O Município terá o prazo de até 15 (quinze) dias para análise dos pedidos de revisão recebidos. Durante esse período a Empresa deverá efetuar a(s) entrega(s) do(s) pedido(s) pelo preço registrado e no prazo ajustado, mesmo que a revisão seja julgada procedente pelo Município;

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:
 - a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
 - b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e Diplomas Complementares, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- 9.2. O cancelamento do registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador;



- 9.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
 - a) por razão de interesse público;
 - b) a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

- 10.1. Consoante o disposto no art. 77 da Lei 8.666/93, a inexecução total ou parcial da presente Ata de Registro de Preços enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.
- 10.2. Pela inexecução total ou parcial da presente Ata de Registro de Preços, pelo adjudicatário, poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor de 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis.
- 10.3. Pelo atraso na entrega dos produtos poderá ser aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da autorização de fornecimento.
- 10.4. Nos termos do artigo 7° da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a CONTRATADA, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a presente Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da presente Ata de Registro de Preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CONTRATANTE, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.
- 10.5. No caso de o convocado não assinar a presente Ata de Registro de Preços ou deixar de apresentar documentos solicitados para a contratação ou recusar-se a fazêlos no prazo estabelecido, sem prejuízo da aplicação de multa de 10% (dez por cento) da sua Proposta de Preços e das demais sanções previstas em lei, o CONTRATANTE se reserva ao direito de convocar outro licitante, observada a ordem de classificação, hipótese em que a(o) pregoeiro(a) poderá negociar diretamente com a CONTRATADA para obtenção de preço menor.
- 10.6. Constatada a inveracidade de quaisquer das informações ou documentos fornecidos pela CONTRATADA, poderá, resguardados os procedimentos legais e



respeitando o direito à ampla defesa e ao contraditório, sofrer as sanções abaixo, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente:

- a) Suspensão temporária do direito de participar de licitações e de fornecer à Administração Pública por prazo de até 5 (cinco) anos;
- b) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes ou depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO DIREITO DE RESERVA

- 11.1. O CONTRATANTE reserva-se ao direito de revogar o certame por razões de interesse público devidamente justificado, ou de anulá-lo, caso ocorram vícios de ilegalidade, nos termos do art. 49 da Lei de Licitações.
- 11.2. O(s) serviço(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Edital e seu(s) anexo(s), não será(ão) aceito(s), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no art. 76 da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. Fica eleito o foro da Comarca de Urubici, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram da presente Ata de Registro de Preços, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA, para dirimir dúvidas ou questões que não encontrem forma de resolução entre as partes, sendo esse foro irrenunciável pelo CONTRATANTE, diante do que dispõe o art. 109, inciso I, da Constituição Federal.
- 12.2. Os requerimentos relacionados a presente Ata de Registro de Preços deverão ser encaminhados por meio digital para o e-mail proc.urubici@gmail.com.
- 12.3. Fica, expressamente, autorizado o tratamento de uso de dados pessoais de que trata a Lei Geral de Proteção de Dados do(a) CONTRATADO(a), para fins únicos e exclusivos que decorrem da Lei da Transparência e da Lei Geral de Licitações, Lei nº 8.666/1993, e da Lei do Pregão, Lei nº 10.520/2002, que regem a presente contratação pública.



- 12.4. Não se aplica a esta Ata de Registro de Preços as disposições da Lei nº 14.133/2021.
- 12.5. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto 3.555/2000, alterada, e demais normas aplicáveis. E, por estarem assim justos e acordados, assinam as partes o presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Elege-se o Foro da Comarca de Urubici SC, para dirimir todas as questões inerentes desta Ata de Registro de Preços, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por assim estarem justas combinadas e contratadas, assinam este instrumento às partes, por seus representantes.

VENCEDORA TANTE LEGAL



MODELO PEDIDO DE REVISÃO DE PREÇOS

Nome da empresa: Processo administrativo: Contrato/Ata: Objeto da licitação:

A empresa contratada acima identificada vem, respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, REQUERER reajuste de preço do(s) produto(s) abaixo discriminado(s), com fundamento legal na alínea "d" do inciso II do art. 65¹ da Lei Federal nº 8.666/93, fornecendo para tanto a documentação necessária para a satisfação das exigências legais e conferência do aumento do(s) valor(es) do(s) produto(s) licitado(s).

____, em ___ de ____ de 2023.

Assinatura	do R	eprese	entante	Legal

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR LICITADO/ PROPOSTA REFERENTE A UNIDADE	PERCENTUAL LUCRO	VALOR N.F. ANTIGA	VALOR N.F. RECENTE	VALOR FINAL REAJUSTADO

OBS. 1: DESTACAR NAS NOTAS FISCAIS OS ITENS AOS QUAIS SE ESTÁ REQUERENDO REAJUSTE.

OBS. 2: PEDIDOS DE REAJUSTE DEVEM SER ENCAMINHADOS NO FORMATO PDF (LEGÍVEL) E SER ASSINADOS DIGITALMENTE (CERTIFICADO) E ENVIADOS PARA O E-MAIL proc.urubici@gmail.com

¹ d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.